

# Um longo caminho a percorrer

Na semana da comemoração dos 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos, o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu que os processos sociais do País dificultam a prática dos direitos humanos. Através do porta-voz da Presidência da República, embaixador Sérgio Amaral, Fernando Henrique lembrou que ainda não foram julgados os responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás e que há pistoleiros agindo em defesa da posse de terra.

"Hoje, o Brasil é reconhecido como um país que, oficialmente, respeita os direitos humanos. E se não faz mais na prática, não é por falta de vontade política, mas é pelas dificuldades reais dos processos sociais", disse ontem na inauguração da nova sede do Instituto Rio Branco.

Há uma mudança de opinião no exterior em relação a prática dos direitos humanos no Brasil. Uma prova disso é o prêmio da ONU que será entregue ao secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, na próxima quinta-feira. "Na prática é difícil. O Governo está empenhado mas muitas vezes encontra resistências e isso dificulta que o processo ande na rapidez que o Governo gostaria", disse Sérgio Amaral. Quando o problema está ao alcance do Governo, o porta-voz disse que sempre haverá vontade política para resolvê-lo.

Os mesmos avanços, segundo o Presidente, ocorrem em outros temas "delicados", como é o do meio ambiente. Está em discussão no Governo transformar o Ministério

do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal em apenas Ministério do Meio Ambiente. Fernando Henrique disse que o Brasil sempre adotou posições externas de "vanguarda" sobre o meio ambiente sem esconder os problemas, embora às vezes não seja possível implementá-las de imediato por

que não há uma mobilização social. "Não nos colocamos sempre na defensiva como um país que se esconde porque tem problemas mas, pelo contrário, renovando as nossas posições.

**MÁRCIA GOMES**

Repórter do Jornal de Brasília

## Ministro defende tribunal internacional

O Brasil é um dos países que reconhece a jurisdição universal dos delitos contra os Direitos Humanos, apesar de não ter ainda uma doutrina totalmente definida a esse respeito. "Para a questão dos direitos humanos não deve haver um perímetro restrito", admitiu ontem o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, ao considerar como perímetro restrito a soberania de um Estado nacional.

Essa posição, baseada em ponto de vista anteriormente manifestado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, diferencia o Bra-

sil da Argentina e do Uruguai. Os dois países propuseram a emissão de um documento na reunião presidencial do Mercosul, de apoio à soberania jurídica chilena, isto é, favorável à devolução do general Augusto Pinochet e contrária a um eventual julgamento por genocídio e tortura do ex-ditador, na justiça espanhola.

Isso não significa, certamente, que o Brasil apóia o julgamento do general Augusto Pinochet pela justiça da Espanha. O governo brasileiro concorda com a criação do Tribunal Penal Internacional para o julgamento de delitos como os imputados ao general

chileno.

Em contato com a imprensa, o ministro qualificou como "enfática" a defesa feita pelo embaixador do Chile em Brasília, Juan Martabit, de uma solução para o impasse criado pela greve de fome de cinco chilenos que cumprem pena pelo sequestro do empresário Abílio Diniz. Lampreia lembrou que o governo brasileiro defendeu e obteve a libertação de uma cidadã brasileira condenada no Chile por crimes políticos.

**WALTER SOTOMAYOR**

Redator do Jornal de Brasília